

CONCURSO PÚBLICO

CÓDIGO A33	PROVA V	ATENÇÃO VERIFIQUE SE CÓDIGO E PROVA DESTE CADERNO DE QUESTÕES CONFEREM COM O SEU CARTÃO DE RESPOSTAS
MANHÃ		



**GOVERNO DO
ESTADO DE GOIÁS**
Desenvolvimento com Responsabilidade

SEMARH

**Secretaria do Meio Ambiente
e dos Recursos Hídricos**

**CARGO: ANALISTA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
ESPECIALIDADE: CONTADOR**

FRASE PARA EXAME GRAFOLÓGICO (TRANSCREVA NO QUADRO DE SEU CARTÃO DE RESPOSTAS)

“A solução dos nossos problemas está dentro de nós.”

Autor desconhecido

A T E N Ç Ã O

- O **Caderno de Questões** contém questões de múltipla-escolha, cada uma com 5 opções (A, B, C, D e E) e discursiva.
- Ao receber o material, verifique no **Cartão de Respostas** e **Folha de Resposta da Discursiva** seu nome, número de inscrição, data de nascimento, cargo, prova e opção de língua estrangeira. Qualquer irregularidade comunique imediatamente ao fiscal de sala. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- As provas objetiva e discursiva terão juntas duração de 4:15 horas, incluído neste tempo o preenchimento do **Cartão de Respostas** e **Folha de Resposta da Discursiva**.
- Leia atentamente cada questão e assinale no **Cartão de Respostas** a opção que responde corretamente a cada uma delas. O **Cartão de Respostas** será o único documento válido para a correção eletrônica. O preenchimento do **Cartão de Respostas** e a respectiva assinatura serão de inteira responsabilidade do candidato. Não haverá substituição do **Cartão de Respostas**, por erro do candidato.
- Observe as seguintes recomendações relativas ao **Cartão de Respostas**:
 - A maneira correta de marcação das respostas é cobrir, fortemente, com esferográfica de tinta azul ou preta, o espaço correspondente à letra a ser assinalada.
 - Outras formas de marcação diferentes implicarão a rejeição do **Cartão de Respostas**.
 - Será atribuída nota zero às questões não assinaladas ou com falta de nitidez, ou com marcação de mais de uma opção, e as emendadas ou rasuradas.
- O fiscal de sala não está autorizado a alterar qualquer destas instruções. Em caso de dúvida, solicite a presença do coordenador local.
- Você só poderá retirar-se definitivamente do recinto de realização da prova após 1 hora contada do seu efetivo início, **sem levar o Caderno de Questões**.
- Você só poderá levar o próprio **Caderno de Questões** caso permaneça na sala até 1 hora antes do término da prova.
- Por motivo de segurança, só é permitido fazer anotação durante a prova no **Caderno de Questões**, no **Cartão de Respostas** e na **Folha de Resposta da Discursiva**. Qualquer outro tipo de anotação será motivo de eliminação automática do candidato.
- Após identificado e instalado na sala, você não poderá consultar qualquer material, enquanto aguarda o horário de início da prova.
- Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o **Cartão de Respostas** e a **Folha de Resposta da Discursiva**.
- Ao terminar a prova, é de sua responsabilidade entregar ao fiscal o **Cartão de Respostas** e a **Folha de Resposta da Discursiva**. Não esqueça seus pertences.
- O **Gabarito Oficial da Prova Objetiva** será disponibilizado no site www.funcab.org, conforme estabelecido no Cronograma.

BOA PROVA

Realização:

CONHECIMENTOS GERAIS

- Língua Portuguesa

Leia o texto abaixo e responda às questões propostas.

Texto 1

Tecnologite

A ERA DIGITAL criou novas necessidades, novas oportunidades e até novas neuroses. Uma delas é a dificuldade de nos “desligarmos” do trabalho, em função da conexão direta e imediata via telefone celular e internet. Estamos sempre on-line, localizáveis e identificáveis. Os consumidores também mudaram. Quem de nós não fica encantado e atraído por uma nova tecnologia, que nos promete acesso a som, dados e imagem com mais qualidade, velocidade, instantaneidade e miniaturização?

Assim como nos anos 70 e 80 do século passado todos tínhamos um pouco de treinador de futebol e de especialista no combate à inflação, hoje nos mantemos informados sobre os avanços da tecnologia e nos julgamos competentes para acompanhar as ondas que vêm, cada vez em menor intervalo. Mas não somos capazes de saber de que tecnologia necessitamos e, acima de tudo, o que fazer com ela, quando chega. Além disso, é muito difícil determinar quando é o momento de ter um novo equipamento ou sistema, pois sair correndo para comprar não é uma boa decisão.

Logo que um novo sistema operacional de computador é lançado, por exemplo, ainda não há muitos softwares aplicativos preparados para trabalhar sob ele, e os defeitos se sucedem. Ou seja, pagamos caro para ter a novidade e ajudamos a fabricante a aperfeiçoá-la, sem nem um “muito obrigado!”.

Um bom exemplo são os tocadores de música no formato MP3, que caracteriza a compressão de áudio. Foram seguidos pelo MP4 (compressão de vídeo); MP5 (o MP4 com câmara digital e, às vezes, filmadora); MP6 (com acesso à internet), e por aí vai. Digam-me, caros leitores e leitoras: se o objetivo do MP3 era carregar e tocar centenas ou milhares de músicas, para que pagar mais caro e trocar de aparelho para fotografar, se já temos câmeras digitais? Muitos de nós, a propósito, temos a câmera, o celular que também fotografa, a webcam idem, e ainda o MP4.

O velho videocassete foi aposentado pelo tocador de DVD, que, aos poucos, cede seu lugar para o blu-ray, que armazena e reproduz discos de alta definição. Em termos de telefone celular, então, há mais dúvidas do que certezas. Mal você adere ao celular 3G, com acesso à internet e outras facilidades, e já se começa a discutir o 4G, que promete total integração entre redes de cabo e sem fio. Como estar atualizado sem pagar mais caro por isso? E sem correr o risco de apostar em uma tecnologia que não terá sucesso? Não há fórmula pronta para isso, mas sugiro aos consumidores que moderem seu apetite por novidades, quando os aparelhos que têm em casa estiverem funcionando bem e facilitando suas vidas. O DVD ainda serve para divertir a família? Então, vamos esperar que as locadoras e lojas tenham mais filmes blu-ray antes de trocar de equipamento. Olho vivo também nos preços e na qualidade dos serviços, inclusive de assistência técnica. O novo pelo novo nem sempre é bom. Cuidado com a “tecnologite”, a doença da ânsia pela mais nova tecnologia.

(Maria Inês Dolci – *Folha de S. Paulo*, 6/03/2010)

1. Pela leitura do texto, NÃO se pode dizer que:

- A) a autora posiciona-se de forma totalmente contrária aos avanços tecnológicos, colocando-os como os grandes vilões da modernidade.
- B) há um posicionamento desfavorável à dependência das novidades tecnológicas, pelo fato de que ela tem provocado alterações comportamentais.
- C) atualmente, é comum as pessoas tomarem para si uma competência que não possuem ao avaliar os lançamentos como imprescindíveis dada a velocidade com que ocorrem.
- D) há uma advertência de que a ânsia por estar em sintonia com todas as novidades tecnológicas provoca um consumo inconsciente, ao ponto de se comprar o que não é preciso.
- E) as pessoas de maneira geral não são capazes de identificar o tipo de tecnologia necessária, bem como de não saberem dominá-la em suas especificidades recentes.

2. Assinale a alternativa em que a mudança de posição dos termos grifados NÃO altera nem as relações de sentido empreendidas no contexto das frases, nem a classe de palavras.

- A) Ele é um homem grande./ Ele é um grande homem.
- B) Conheci um brasileiro jornalista. Conheci um jornalista brasileiro.
- C) Precisa-se muito de amor. Precisa-se de muito amor.
- D) A era digital criou novas necessidades./ A era digital criou necessidades novas.
- E) O velho funcionário foi aposentado./O funcionário velho foi aposentado.

3. Pode-se identificar o uso conotativo da linguagem em:

- A) “Um bom exemplo são os tocadores de música no formato MP3, que caracteriza a compressão de áudio.”
- B) “Quem de nós não fica encantado e atraído por uma nova tecnologia (...)?”
- C) “O velho videocassete foi aposentado pelo tocador de DVD(...)”
- D) “Em termos de telefone celular, então, há mais dúvidas do que certezas.”
- E) “(...) para que pagar mais caro e trocar de aparelho para fotografar, se já temos câmeras digitais?”

4. O elemento coesivo assinalado a seguir “Quem de nós não fica encantado e atraído por uma nova tecnologia, **que** nos promete acesso a som, dados e imagem com mais qualidade, velocidade, instantaneidade e miniaturização?” pode ser classificado como:

- A) conjunção subordinativa integrante.
- B) pronome relativo.
- C) conjunção coordenativa.
- D) conjunção subordinativa adverbial.
- E) pronome interrogativo.

5. As conjunções grifadas em “Não há fórmula pronta para isso, mas sugiro aos consumidores que moderem seu apetite por novidades, quando os aparelhos que têm em casa estiverem funcionando bem e facilitando suas vidas.” introduzem, respectivamente, em relação às orações imediatamente anteriores, orações:

- A) coordenada sindética adversativa; subordinada substantiva subjetiva; subordinada adverbial temporal.
- B) coordenada assindética; subordinada substantiva completiva nominal; subordinada adverbial causal.
- C) coordenada sindética adversativa; subordinada substantiva objetiva direta; subordinada adverbial temporal.
- D) coordenada sindética aditiva; subordinada substantiva apositiva; subordinada adverbial condicional.
- E) coordenada assindética; subordinada substantiva objetiva direta; subordinada adverbial concessiva.

Leia o texto abaixo e responda às questões propostas.

Texto 2

O que Watson disse

A primeira conversa telefônica foi entre Alexander Graham Bell e seu assistente Thomas Watson. Em Filadélfia. 1876. Bell fazia uma demonstração do telefone recém-inventado para diversos convidados, inclusive Dom Pedro II, imperador do Brasil. Watson estava numa sala ao lado. Bell o chamou:

– Watson, venha cá.

Nada aconteceu. Bell falou mais alto:

– Watson, venha cá imediatamente!

Silêncio. Bell gritou:

– Watson, eu preciso de você!

Nada. E então Bell disse aos convidados, sorrindo, “Agora vamos tentar com a minha invenção”, pegou o telefone, discou 1 e, quando atenderam do outro lado, falou com sua voz normal:

– Sr. Watson, venha até aqui. Eu preciso do senhor.

Esta é uma versão algo fantasiosa do que aconteceu. Mas o que realmente ninguém ficou sabendo, pois ninguém ouviu, foi como Watson atendeu o primeiro telefonema na outra sala.

Ele pode ter sido apenas solícito:

– Sim senhor.

Pode ter sido distraído:

– Quem está falando, por favor?

Pode ter sido brincalhão:

– Desculpe, o sr. Watson está em reunião.

Ou pode ter sido vidente e filosófico e dito:

– Já vou, Mr. Bell. Mas o senhor tem consciência do que acaba de inventar? Já se deu conta do que começou? Está certo, isto vai facilitar a comunicação entre as pessoas. Vai ser ótimo para chamar a ambulância ou os bombeiros, marcar encontros, avisar que vai-se chegar tarde, avisar que a tia Djalmira morreu, namorar, ligar para o açougueiro e fazer “muuuu”, pedir pizza, tudo isto. Mas o senhor também acaba de inventar o despertador, a ligação no meio da noite que quase mata do coração, o engano, a pesquisa telefônica... E o celular, Mr. Bell. O senhor não sabe, mas acaba de inventar o celular. Vai demorar um pouco, mas um dia esta sua caixa vai caber na palma da mão e vai ter câmera fotográfica, calculadora, TV, raio X, bote salva-vidas inflável, e vai acabar com a vida privada como nós a conhecemos, Mr. Bell. As pessoas vão andar na rua espalhando suas intimidades e não

teremos como nos proteger. Ficaremos sabendo de tudo sobre todos, inclusive os detalhes da doença da tia Djalmira, e...

– Sr. Watson...

– Já estou indo, já estou indo.

(Luis Fernando Veríssimo – O Globo, 18/01/2009)

6. O texto 2 relaciona-se com o texto 1, do ponto de vista temático, porque:

- A) criticam as inovações tecnológicas, responsabilizando-as pelo consumo desenfreado e desnecessário.
- B) listam as inúmeras inovações da humanidade, sem contudo referirem-se aos problemas decorrentes destas inovações.
- C) os autores demonstram apatia e resistência às inovações no campo da tecnologia, enfatizando suas posturas retrógradas e tecnofóbicas.
- D) ambos relativizam a extrema importância conferida às novas tecnologias, afirmando que elas devem ser assimiladas cautelosamente, da mesma forma que trazem benefícios, também alteram padrões comportamentais.
- E) ambos acreditam na manutenção da sociedade tal qual ela era em séculos passados, já que novas descobertas sempre ocasionarão inúmeros problemas.

7. Apenas uma alternativa abaixo contém ERRO de acentuação gráfica, segundo o Novo Acordo Ortográfico. Assinale-a.

- A) O médico recebeu o título de herói.
- B) Os médicos não veem problemas na realização da cirurgia.
- C) Acreditava-se que a coragem do pai resultou num ato heróico.
- D) A assembleia decidiu pela greve por tempo indeterminado.
- E) A feiura era tanta que o desencorajou.

8. No texto 2, o termo grifado em: “Watson estava numa sala ao lado” exerce a função sintática de:

- A) adjunto adnominal.
- B) objeto direto.
- C) predicativo.
- D) complemento nominal.
- E) adjunto adverbial.

9. A oração grifada no período “Vai ser ótimo para chamar a ambulância ou os bombeiros, marcar encontros(...)” expressa ideia de:

- A) condição.
- B) conformidade.
- C) consequência.
- D) finalidade.
- E) causa.

10. Assinale a alternativa que apresenta ERRO quanto à concordância verbal.

- A) Nunca ocorreram tantas tempestades com raios quanto agora.
- B) Os Estados Unidos sempre é alvo de críticas na mídia global.
- C) Os trinta e cinco por cento de comissão foram para a empresa.
- D) Vivam os povos das Américas, não cansavam de gritar os manifestantes políticos.
- E) Vossa Senhoria se enganou na resposta dada aos empregados.

- Política de Meio Ambiente

11. Na organização dos Poderes, prevista na Constituição Federal de 1988, pode-se afirmar que o Ministério Público da União – MPU – quando atua numa Ação Civil Pública relativa à área ambiental:

- A) está hierarquicamente submetido ao Supremo Tribunal Federal – STF, órgão supremo do Judiciário.
- B) está hierarquicamente submetido ao Superior Tribunal de Justiça – STJ, órgão supremo do Judiciário.
- C) está hierarquicamente submetido à Presidência da República e/ou ao Ministério do Meio Ambiente.
- D) é autônomo, não estando hierarquicamente submetido a nenhum Poder.
- E) é autônomo, constituindo assim expressamente o quarto Poder da República Brasileira.

12. No Direito Administrativo e/ou Ambiental pode-se distinguir atos discricionários e atos vinculados. De que espécies são a Outorga de uso dos recursos hídricos e as Licenças Prévia, de Instalação e de Operação (LP, LI, LO)?

- A) Não existe nenhuma diferença entre eles, são todos atos vinculados.
- B) Não existe nenhuma diferença entre eles, são todos atos discricionários.
- C) Cabe ao Supremo Tribunal Federal – STF – julgar a diferença entre eles.
- D) São respectivamente: discricionário – discricionário – vinculado – vinculado.
- E) São respectivamente: discricionário – vinculado – discricionário – vinculado.

13. A Política Nacional de Recursos Hídricos – PNRH (Lei Federal nº 9.433/97), tem como princípios básicos, dentre outros:

- A) a outorga e a cobrança da água.
- B) a cobrança e o Fundo Nacional de Recursos Hídricos – FUNDRHI.
- C) a cobrança da água e o reconhecimento do seu valor econômico.
- D) o Fundo Nacional de Recursos Hídricos – FUNDRHI e a compensação aos municípios pelo uso dos recursos hídricos.
- E) o reconhecimento do valor econômico da água e dos usos múltiplos da mesma.

14. Segundo a Política Nacional de Recursos Hídricos – PNRH (Lei Federal nº 9.433/97), os rios são de domínio:

- A) exclusivo da União.
- B) da União e dos Estados.
- C) da União, dos Estados e dos municípios.
- D) da União, dos Estados, dos municípios e das pessoas jurídicas desde que tenham obtido a Outorga.
- E) da União, dos Estados, dos Municípios e das pessoas físicas e jurídicas, desde que tenham obtido a Outorga.

15. São instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos – PNRH (Lei Federal nº 9.433/97), dentre outros:

- A) a Outorga, os Estudos de Impactos Ambientais – EIA e a Faixa Marginal de Proteção – FMP.
- B) a Faixa Marginal de Proteção – FMP, a Outorga e o Fundo Nacional de Recursos Hídricos – FUNDRHI.
- C) os Comitês de Recursos Hídricos, as Agências de Bacias, os Estudos de Impactos Ambientais – EIA e a Outorga de Uso.
- D) os Planos Diretores de Recursos Hídricos, a Outorga e os Estudos de Impactos Ambientais – EIA.
- E) o Enquadramento das Águas em Classes de uso e o Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos – SNIRH.

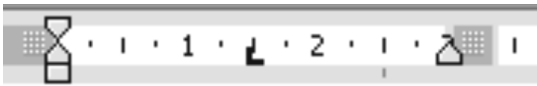
- Noções de Informática

16. Sobre a área de Notificação do Windows XP exibida abaixo, é INCORRETO afirmar que:



- A) ao clicar na imagem mais à esquerda (ícone de seta para a esquerda), os ícones ocultos são exibidos.
- B) ao clicar duas vezes seguidas sobre a hora 12:05, é exibida a tela “Propriedades de Data e hora”.
- C) ao clicar na imagem (ícone de relógio) é acionada a aplicação associada a esta imagem.
- D) na área de notificação, é possível configurar para cada item um determinado comportamento: “sempre mostrar”, “sempre ocultar” ou “ocultar quando estiver inativo”.
- E) as configurações da barra de tarefas não interferem no comportamento da área de Notificação.

17. Qual imagem na régua do Microsoft Word abaixo representa um delimitador de colunas de tabela?



- A)
- B)
- C)
- D)
- E)

18. No Microsoft Outlook, qual(is) tecla(s) de atalho exclui(em) permanentemente uma mensagem?

- A) DEL
- B) SHIFT e DEL
- C) BACKSPACE
- D) ESC
- E) CTRL e V

19. Considere a seguinte tabela criada no Microsoft Office Excel. Sobre a formatação da coluna B2, é correto afirmar que:

	A	B
1	ASS	
2	Custo Total	2.114,00
3	Hardware	2.114,00
22		
23	IPI saída	0%
24	ICMS VENDA	12,00%
25	PIS/COFINS	3,65%
26	IRPJ/CSSL	3,08%

- A) ao clicar no botão , o valor será 221,4%.
- B) ao clicar no botão , o valor será 2.114,000.
- C) ao clicar no botão , o valor será 2.114,00.
- D) ao clicar no botão , o mesmo não interferirá na formatação da coluna, pois esta formatação se aplica somente a campos do tipo "Texto".
- E) ao substituir o conteúdo da célula pela fórmula MAXIMO(B24:B26), será exibido o valor 12%.

20. Suponha que para realizar uma monografia sobre Recursos Hídricos, você visitou diversos sites sobre o assunto. No Internet Explorer, existem diversas maneiras que permitem a você consultar páginas visitadas recentemente, EXCETO:

- A) botão de Pesquisa
- B) seta ao lado do botão Avançar
- C) seta da barra de endereços
- D) botão Voltar
- E) exibir Histórico.

- Conhecimentos de Administração Pública

21. Analise as seguintes definições e identifique a que contém EQUÍVOCO em relação ao assunto.

- A) A lei veda a percepção de acréscimos de qualquer natureza à remuneração sob a forma de "subsídios".
- B) O somatório das várias parcelas pecuniárias a que o servidor faz jus, em decorrência de sua situação funcional denomina-se "vencimento".
- C) A irredutibilidade de vencimento é direito funcional dos servidores públicos.
- D) A vinculação do reajuste de vencimento de servidores estaduais e municipais a índices de correção monetária é considerado inconstitucional.
- E) A administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.

22. A Lei nº 16.272//2008 que dispõe sobre a organização da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo do Estado de Goiás estabelece que, das entidades de administração indireta citadas, a que se jurisdiciona à Secretaria Geral da Governadoria é:

- A) Agência Goiana de Comunicação.
- B) Junta Comercial do Estado de Goiás.
- C) Instituto de Assistência aos Servidores do Estado de Goiás.
- D) Fundação de Amparo à Pesquisa.
- E) Agência de Fomento de Goiás S.A.

<p>23. A lei que regula o processo de licitação prevê as situações de “dispensa de licitação” e de “inexigibilidade de licitação”. É caso característico de dispensa de licitação:</p> <p>A) a contratação de instituição científica e tecnológica que visa a execução de pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico.</p> <p>B) aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo.</p> <p>C) contratação de profissionais do setor artístico, quando consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.</p> <p>D) contratação de serviços técnicos especializados, de natureza singular, executado por profissionais de notória especialização.</p> <p>E) Todas as hipóteses citadas referem-se a dispensa de licitação.</p>	<p>27. O estado de Goiás é o mais populoso da região centro-oeste, apresentando as seguintes peculiaridades:</p> <p>I. Faz parte do grupo de estados maiores produtores de medicamentos genéricos do país.</p> <p>II. Goiás era uma terra teoricamente pertencente à capitania de São Paulo.</p> <p>III. Nele está localizado o parque nacional das Emas.</p> <p>IV. Em seu território encontram-se distribuídos 256 municípios.</p> <p>Analise as afirmativas, marcando a alternativa correta.</p> <p>A) I e II apenas.</p> <p>B) I, II e IV apenas.</p> <p>C) I, II e III apenas.</p> <p>D) IV apenas.</p> <p>E) II e III apenas.</p>
<p>24. A única afirmativa INCORRETA de acordo com a Lei nº 10.460/88 é:</p> <p>A) o Governador do Estado, é a autoridade competente para dar posse às autoridades que lhes sejam subordinadas.</p> <p>B) em caso de doença devidamente comprovada, admitir-se-á a posse por procuração.</p> <p>C) a efetiva entrada do funcionário em serviço público denomina-se exercício.</p> <p>D) o Secretário de Administração é a autoridade competente para dar posse aos funcionários do Poder Executivo e das autarquias estaduais.</p> <p>E) a posse deverá ser tomada no prazo de 30 dias, a contar da data da publicação do ato no órgão oficial, sem direito a prorrogação.</p>	<p>28. A composição da economia do estado de Goiás na atualidade, baseia-se na produção agrícola, na pecuária, no comércio e na indústria. No setor industrial destaca-se a:</p> <p>A) açucareira.</p> <p>B) metalúrgica.</p> <p>C) do cimento.</p> <p>D) têxtil.</p> <p>E) do papel.</p>
<p>25. O ato pelo qual a Administração, através da autoridade competente, atribui ao vencedor da licitação o objeto da futura contratação, denomina-se:</p> <p>A) homologação.</p> <p>B) confirmação.</p> <p>C) adjudicação.</p> <p>D) publicação.</p> <p>E) habilitação.</p>	<p>29. Segundo a Lei nº 10.460/88 – Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado de Goiás e de suas autarquias – são deveres do funcionário, EXCETO:</p> <p>A) ser leal e cooperar com os colegas de serviço.</p> <p>B) zelar pela economia do material que lhe for confiado.</p> <p>C) atender, com preterição de qualquer serviço, ao público em geral.</p> <p>D) resolver dúvidas e dificuldades que encontrar nos exames dos documentos sujeitos ao seu estudo sem consultar previamente o seu chefe.</p> <p>E) participar de cursos de aperfeiçoamento legalmente instituídos.</p>
<p>26. A descoberta do ouro, no Brasil, no século XVII, atendeu a cobiça das autoridades que identificavam a riqueza com a posse dos metais preciosos. Por ordem real, na época, todos os braços disponíveis deveriam ser empregados na extração do ouro, o que explica:</p> <p>A) os baixos impostos cobrados para a produção de produtos agrícolas.</p> <p>B) os inúmeros tipos de jazidas que foram exploradas em consequência da abundância do ouro.</p> <p>C) o grande número de entradas e bandeiras vindas de todo o país para Goiás.</p> <p>D) a grande riqueza da cidade de Goiás ocasionada pela grande produção de ouro.</p> <p>E) o pouco desenvolvimento da lavoura e da pecuária em Goiás.</p>	<p>30. Segundo a Constituição do Estado de Goiás, em relação à aposentadoria do servidor, é correto afirmar:</p> <p>A) computar-se-á, parcialmente, para efeitos de aposentadoria, o tempo de serviço público federal, estadual ou municipal e o da atividade privada.</p> <p>B) a aposentadoria voluntária, dar-se-á aos 60 anos, se homem e aos 55, se mulher, com proventos proporcionais.</p> <p>C) a aposentadoria voluntária, dar-se-á aos 35 anos de serviço, se homem e aos 30, se mulher, com proventos integrais.</p> <p>D) será aposentado, compulsoriamente, o servidor que houver completado 60 anos de idade, com proventos integrais.</p> <p>E) os proventos dos servidores inativos não se equipararão em benefícios ou vantagens aos concedidos aos servidores em atividade.</p>

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. As despesas fixadas no orçamento público federal são cobertas, em grande parte, com a receita de arrecadação dos impostos federais. Com base nisso pode-se afirmar que:

- A) um aumento geral e irrestrito nas alíquotas dos impostos federais e um recrudescimento da economia garantem um aumento na receita.
- B) um aumento geral e irrestrito nas alíquotas dos impostos federais e um crescimento da economia podem proporcionar um aumento na receita.
- C) numa economia estável um aumento geral das alíquotas de IR, IPI e ICMS garantem um aumento na receita federal.
- D) o crescimento da economia, mesmo que desordenado entre os diversos setores, garante um aumento de receita.
- E) uma diminuição geral e irrestrita nas alíquotas dos impostos federais determina, sem exceções, uma queda de receita no exercício.

32. O Capítulo II (das Finanças Públicas), Seção II (que trata dos orçamentos) da Constituição Federal de 1988, dispõe sobre o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). No que se refere às disposições da Constituição Federal é correto afirmar que:

- A) o Plano Plurianual (PPA) compreenderá metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento. (ERRADA esta LDO)
- B) a Lei Orçamentária Anual (LOA) compreenderá o orçamento de investimento das empresas em que a união, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.
- C) a Lei Orçamentária Anual (LOA) compreenderá o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração pública direta e indireta, exceto as fundações instituídas e mantidas pelo poder público.
- D) a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada. (ERRADA esta PPA)
- E) os planos e programas nacionais previstos na Constituição serão elaborados em consonância com o Plano Plurianual (PPA), os planos regionais e setoriais não possuem esta obrigatoriedade.

33. No que se refere à vigência:

- A) a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é quadrienal, inicia-se no segundo ano de mandato e engloba o primeiro ano de mandato subsequente.
- B) o Plano Plurianual (PPA) é quadrienal, iniciando-se no primeiro ano de mandato e encerrando-se no último.
- C) o Plano Plurianual (PPA) é quadrienal, inicia-se no segundo ano de mandato e engloba o primeiro ano de mandato subsequente.
- D) a Lei Orçamentária Anual (LOA) é quadrienal inicia-se, no segundo ano de mandato e engloba o primeiro ano de mandato subsequente.
- E) tanto a Lei de Diretrizes Orçamentárias como o Plano Plurianual (PPA) tem como período de orientação o mandato de um único presidente.

34. Recentemente o Governo Brasileiro obteve uma importante vitória na Organização Mundial do Comércio (OMC) no sentido de retaliar os Estados Unidos por subsidiar excessivamente e sua produção de trigo. Esta retaliação pode se dar na forma de aumento das alíquotas dos impostos aplicados na entrada de produtos Norte Americanos no Brasil. No que se refere ao princípio orçamentário de "Legalidade da Tributação" pode-se afirmar que:

- A) o aumento destas alíquotas somente poderá ser cobrado no exercício seguinte.
- B) caso exista na lista de produtos a serem retaliados houverem produtos industrializados, as novas alíquotas para estes produtos somente terão vigência no próximo exercício.
- C) os produtos a serem retaliados poderão ter suas alíquotas aumentadas ainda neste exercício.
- D) por instituir tratamento desigual entre os Estados Unidos e os outros países as alíquotas não poderão ser majoradas neste exercício.
- E) somente poderão ter a sua alíquota majorada neste exercício os produtos industrializados.

35. No que se refere ao orçamento-programa é INCORRETO afirmar que:

- A) é um instrumento que permite avaliar a eficiência, a eficácia e a efetividade das ações governamentais.
- B) é um instrumento de ligação entre o planejamento e as funções de um ente público.
- C) nele são identificáveis os órgãos responsáveis pela execução, os órgãos responsáveis pelo controle, as ações em que os recursos serão gastos e os resultados esperados.
- D) é um instrumento de ação administrativa para execução dos planos de longo, médio e curto prazos.
- E) em sua elaboração, são considerados os custos dos programas apenas para o exercício financeiro vigente.

36. Com relação ao Título V da Lei nº 4.320/64, que trata dos créditos adicionais pode-se afirmar que:

- A) os créditos adicionais terão vigência adstrita ao exercício financeiro em que forem abertos, salvo expressa disposição legal em contrário para tipos especiais e extraordinários.
- B) a abertura de créditos adicionais ordinários independe de disposição legal.
- C) os créditos adicionais são as receitas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.
- D) os créditos adicionais podem ser de quatro tipos (Suplementares, Especiais, Extraordinários e Ordinários).
- E) os créditos adicionais dos tipos Suplementares e Especiais não dependem da existência de recursos.

37. A Lei nº 4.320/64 estabelece classificações para as receitas públicas. Uma das possíveis classificações é a subdivisão em receitas correntes e de capital. Assinale a única alternativa que NÃO corresponde às receitas de capital.

- A) Operações de crédito.
- B) Alienação de bens.
- C) Amortização de empréstimos.
- D) Contribuições de melhoria.
- E) São destinadas a atender as despesas classificáveis em despesas de capital.

38. Quanto aos estágios da receita pública pode-se concluir que:

- A) o recolhimento é o último estágio da receita pública.
- B) o recolhimento acontece quando o contribuinte se dirige aos agentes arrecadadores e realiza o pagamento da dívida.
- C) o lançamento das receitas é um fato contábil que altera o patrimônio.
- D) o primeiro estágio da receita é a previsão que define as estimativas de receita e seus devedores.
- E) o lançamento da receita é o ato de repartição competente que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora e inscreve o débito desta.

39. As afirmativas a seguir apresentam características associadas aos modelos orçamentários (Tradicional, de Desempenho e Orçamento-Programa), assinale a alternativa correta.

- A) Não há qualquer inter-relação entre o orçamento de desempenho com os objetivos a atingir.
- B) A principal característica do orçamento de desempenho é: ser um documento de previsão de receita e de autorização de despesas.
- C) Muito embora o orçamento tradicional apresente um viés contábil este também demonstra clara preocupação com as ações de governo.
- D) A vinculação ao sistema de planejamento é uma das características apenas do orçamento-programa.
- E) Desempenho organizacional e resultados são características apenas do orçamento-programa.

40. Segundo a Lei nº 4.320/64, as despesas podem ser divididas por categorias econômicas, as despesas correntes e de capital. Estas, por sua vez, são subdivididas em quatro grandes grupos: as despesas de custeio, transferências correntes, investimentos e inversões financeiras, onde os dois primeiros são relativos às despesas correntes e os dois restantes as despesas de capital. Estes grupos são constituídos, cada um deles, por elementos de despesas. Assinale a alternativa que apresenta a relação correta entre os elementos e seus respectivos grupos.

- A) Material de consumo (despesas de custeio), subvenções sociais (transferências correntes), aquisição de imóveis (investimentos) e juros da dívida pública (inversões financeiras).
- B) Serviços de terceiros (despesas de custeio), contribuições de previdência social (transferências correntes), participação em constituição ou aumento de capital de empresas ou entidades comerciais (investimentos) e serviços em regime de programação especial (inversões financeiras).
- C) Pessoal (despesas de custeio), contribuições de previdência social (transferências correntes), subvenções econômicas (investimentos) e participação em constituição ou aumento de capital de empresas ou entidades financeiras (inversões financeiras).
- D) Pensionistas (despesas de custeio), encargos diversos (transferências correntes), aquisição de imóveis (investimentos) e obras públicas (inversões financeiras).
- E) Encargos diversos (despesas de custeio), subvenções econômicas (transferências correntes), material permanente (investimentos) e aquisição de imóveis (inversões financeiras).

41. No que se refere à movimentação de recursos orçamentários e financeiros, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Cota são os valores atribuídos aos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo colocados à disposição das autoridades destes por meio de liberação do Ministério do Planejamento.
- B) Provisão é a descentralização de créditos para unidade do mesmo ministério/órgão.
- C) Uma das formas de repasse é a movimentação de recursos financeiros efetuada dos órgãos setoriais de programação financeira para entidades da administração indireta, e entre estas.
- D) Destaque é a descentralização de créditos para unidade de outro ministério/órgão.
- E) O sub-repasse é a movimentação de recurso financeiro, dos órgãos setoriais de programação financeira para as Unidades Gestoras de sua jurisdição e entre as unidades gestoras de um mesmo Ministério/Órgão.

42. A Lei nº 10.180, de 6 de Fevereiro de 2001, organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de orçamento Federal, de administração financeira federal, de contabilidade federal e de controle interno do poder executivo federal, e dá outras providências. O Título V, da referida Lei, que trata do sistema de controle interno do poder executivo federal define no Art. 22 os órgãos que integram o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, sendo estes: I – a Secretaria Federal de Controle Interno, como órgão central, e II - órgãos setoriais. Dentre os órgãos setoriais definidos estão aqueles de controle interno que integram a estrutura do:

- A) Ministério do Fazenda.
- B) Ministério da Saúde.
- C) Ministério do Planejamento.
- D) Ministério da Defesa.
- E) Ministério da Justiça.

43. A Instrução Normativa (IN) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) Nº 1 de 15 de janeiro de 1997 disciplina a celebração de convênios de natureza financeira que tenham por objeto a execução de projetos ou realização de eventos e dá outras providências. Dentre as diretrizes desta IN pode-se afirmar que:

- A) é vedado destinar recursos públicos como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.
- B) o convênio será proposto pelo titular do Ministério, órgão ou entidade responsável pelo programa, mediante a apresentação do Plano de Trabalho à Secretaria do Tesouro Nacional – STN.
- C) para esta IN considera-se conveniente: órgão da administração pública direta, autárquica ou fundacional, empresa pública ou sociedade de economia mista, de qualquer esfera de governo, ou organização particular que participa do convênio para manifestar consentimento ou assumir obrigações em nome próprio.
- D) a prestação de contas parcial é aquela pertinente a cada uma das etapas concluídas do programa e será composta da documentação específica referente à conclusão de cada uma das etapas.
- E) os órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal poderão celebrar convênio com mais de uma instituição para o mesmo objeto, exceto quando se tratar de ações complementares, o que deverá ficar consignado no respectivo convênio, delimitando-se as parcelas referentes de responsabilidade deste e as que devam ser executadas à conta do outro instrumento.

44. O Art. 9º da Lei do Ajuste Tributário nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996 trata das perdas nos recebimentos de créditos. Especificamente, este Artigo, dispõe sobre as perdas no recebimento de créditos decorrentes das atividades da pessoa jurídica que poderão ser deduzidas como despesas, para apuração do lucro real. Observando o disposto neste Artigo:

- A) poderão ser registrados como perda os créditos em relação aos quais tenha havido a declaração de insolvência do devedor em parecer da secretaria de fazenda local.
- B) poderão ser registrados como perda os créditos com garantia vencidos há mais de dois anos de forma irrestrita.
- C) no caso de crédito com empresa em processo falimentar ou de concordata, a dedução da perda será admitida a partir da data da decretação da falência ou da concessão da concordata, desde que a credora tenha adotado os procedimentos judiciais necessários para o recebimento do crédito.
- D) a parcela do crédito cujo compromisso de pagar não houver sido honrado pela empresa concordatária não poderá ser deduzida como perda, já que este crédito é considerado como irrecuperável.
- E) será admitida a dedução de perda no recebimento de créditos com controladoras, controladas e coligadas.

45. Segundo a Instrução Normativa (IN) SRF nº 480, de 15 de dezembro de 2004, os órgãos da administração federal direta, as autarquias, as fundações federais, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as demais entidades em que a União, direta ou indiretamente detenha a maioria do capital social sujeito a voto, e que recebam recursos do Tesouro Nacional e estejam obrigadas a registrar sua execução orçamentária e financeira no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) reterão na fonte, impostos e contribuições sobre os pagamentos que efetuarem as pessoas jurídicas, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, observados os procedimentos previstos nesta IN. Neste sentido, a referida instrução normativa NÃO contempla:

- A) o Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ).
- B) a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).
- C) a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).
- D) o Imposto sobre produtos industrializados (IPI).
- E) a Contribuição para o PIS/Pasep.

46. Com o objetivo de acompanhar a evolução da contabilidade à época o Conselho Federal de Contabilidade – CFC, publicou a Resolução 750/93 a qual conceitua uma lista de Princípios Fundamentais de Contabilidade. O princípio da correção monetária (Art. 8º):

- A) ganhou força e vem sendo amplamente aplicado nos balanços patrimoniais a partir de 1995 no Governo Fernando Henrique Cardoso.
- B) é compatível e complementar ao princípio do registro pelo valor original.
- C) permite ajustes no valor de entrada no momento do registro.
- D) insere no país o conceito de “impairment”.
- E) define o método da correção monetária integral, que reconhece os efeitos da inflação em todas as contas e proporciona informações gerenciais mais próximas da realidade.

47. Um dos objetivos da publicação da Lei nº 11.638/07, foi adequar a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76) às novas realidades da economia brasileira e mundial. Uma das principais alterações da nova Lei foi tornar obrigatório:

- A) o Demonstrativo de Valor Adicionado (DVA) para todas as companhias fechadas.
- B) o Demonstrativo de Fluxo de Caixa (DFC) para todas as companhias fechadas.
- C) o Demonstrativo de Fluxo de Caixa (DFC) somente para as companhias abertas.
- D) o Demonstrativo de Valor Adicionado (DVA) para todas as companhias abertas.
- E) o Demonstrativo de Valor Adicionado (DVA) e o Demonstrativo de Fluxo de Caixa (DFC) de forma irrestrita.

48. Considerando a conveniência de um maior esclarecimento sobre o conteúdo e abrangência dos Princípios Fundamentais de Contabilidade aprovados pela Resolução CFC nº 750/93 o CFC publicou a resolução nº 774/94. Esta nada mais é do que um apêndice à resolução CFC nº 750/93, contendo comentários sobre o conteúdo dos enunciados com objetivo de explicitar e dar maior compreensão ao assunto. Particularmente quanto ao princípio da continuidade, na nova resolução, são considerados aspectos conceituais no que se refere à definição do princípio e também à sua aplicação. Segundo estes aspectos conceituais entende-se que:

- A) o patrimônio da entidade, na sua composição qualitativa e quantitativa, depende das condições em que provavelmente se desenvolverão as operações da entidade.
- B) o princípio da continuidade aplica-se tão somente à situação de cessação integral das atividades da entidade.
- C) no caso de provável cessação da vida da entidade o passivo é afetado apenas pelo registro das exigibilidades com fundamentação jurídica.
- D) a queda no nível de ocupação de uma entidade não provoca, sob quaisquer circunstâncias, efeitos semelhantes a suspensão das atividades no que se refere à utilidade de determinados ativos.
- E) a situação-limite na aplicação do princípio da continuidade é aquela em que há a liquidação judicial da entidade.

49. O pagamento de duplicatas com juros representam um fato contábil:

- A) permutativo/diminutivo.
- B) modificativo/diminutivo.
- C) modificativo/aumentativo.
- D) misto/diminutivo.
- E) misto/aumentativo.

50. No encerramento do exercício uma Companhia após todas as destinações possíveis o contador contabilizou uma reserva legal de \$200. Para que este lançamento fosse possível:

- A) o saldo anterior da conta capital social era de \$1.000 e o lucro líquido apurado foi de \$4.000 e o saldo anterior da conta reserva legal era de \$50.
- B) o saldo anterior da conta capital social era de \$1.000 e o lucro líquido apurado foi de \$1.000 e o saldo anterior da conta reserva legal era de \$0.
- C) o saldo anterior da conta capital social era de \$10.000 e o lucro líquido apurado foi de \$4.000 e o saldo anterior da conta reserva legal era de \$1.800.
- D) o saldo anterior da conta capital social era de \$10.000 e o lucro líquido apurado foi de \$8.000 e o saldo anterior da conta reserva legal era de \$0.
- E) o saldo anterior da conta capital social era de \$1.000 e o lucro líquido apurado foi de \$4.000 e o saldo anterior da conta reserva legal era de \$200.

51. Para calcular o Imposto de Renda - IR o contador da Cia. Industrial Goiás S.A. precisava confeccionar a Demonstração de Resultados do Exercício – DRE para o exercício de 20X1. Fundamentado nos seguintes dados o contador iniciou o seu trabalho:

Dados	\$
Vendas 20X1	1000
Estoque final de mercadorias em 20X0	200
ICMS recolhido	120
Despesas administrativas 20X1	75
Estoque final de mercadorias em 20X1	150
Compras mercadorias 20X1	80
Resultado da alienação de bens imóveis 20X1	130
Despesas de Comissão de vendas 20X1	50
Reserva de capital	120

Com base nos dados disponíveis, o contador pode apurar um:

- A) resultado operacional de \$625.
- B) lucro antes do IR de \$875.
- C) resultado operacional de \$755.
- D) lucro antes do IR de \$705.
- E) resultado operacional de \$745.

52. O contador da Cia. Comercial Eixão precisava confeccionar a Demonstração do Valor Adicionado – DVA. Dispondo da seguinte Demonstração de Resultado do Exercício – DRE iniciou seu trabalho:

DRE	\$
Receita bruta de venda de mercadorias	200.000
(-) PIS e COFINS	7.000
(-) ICMS	24.000
Receita líquida	169.000
(-) Custo das mercadorias vendidas	80.000
Lucro Bruto	89.000
(-) Salários	15.000
(-) 13 e férias	18.000
(-) Encargos Sociais (INSS)	13.200
(-) Depreciação, amortização e exaustão	7.500
(+) Receita de aluguéis	8.000
Lucro antes IR e CCSL	43.300
(-) IR + CCSL	11.691
Lucro líquido do exercício	31.609
Destinação dos Lucros	
Acionistas	22.126
Retidos para reinvestimentos	9.483

Para a DVA, o contador concluiu que:

- A) o valor adicionado líquido a distribuir apurado foi de \$120.500.
- B) o valor adicionado líquido a distribuir apurado foi de \$128.000.
- C) o valor adicionado líquido a distribuir apurado foi de \$112.500.
- D) o valor adicionado líquido a distribuir apurado foi de \$168.391.
- E) a parcela do valor adicionado a distribuir destinada aos financiadores foi de \$22.126.

53. O plano de contas é, antes de mais nada, a peça-chave do planejamento contábil. [...] Para cada organização haverá um plano de contas adequado. Um bom plano de contas permite a emissão de relatórios financeiros ou gerenciais que atendam às necessidades de informações dos gestores (Ferreira, A. C. S., 2007, p. 97). A preocupação com a sustentabilidade vem demandando novas informações dos gestores e da contabilidade. A inserção da preocupação com a sustentabilidade:

- A) deve ser implementada pela contabilidade ambiental alterando-se a estrutura do plano de contas, constituindo-se uma terceira estrutura (conta iniciadas em 3.) paralela ao 1. Ativo e ao 2. Passivo.
- B) pressupõe um plano de contas separado.
- C) pode ser praticada por meio de inserções no plano de contas.
- D) faz parte de um sistema de informações separado para as empresas que já estão em operação, pois a migração para um plano de contas ambiental torna-se inviável após a implantação do plano de contas financeiro.
- E) é definida na Lei nº 11.638/07 (como alteração a Lei nº 6.404/76) que detalha a inserção da contabilidade ambiental no plano de contas.

54. A Lei nº 4.320/64, em seu Título IX (da Contabilidade), Capítulo IV (dos Balanços), define por meio de um conjunto de ANEXOS, as estruturas, formas de organização, lay-out e contas que compõem cada um destes demonstrativos (os Balanços). Segundo estes ANEXOS, as contas de receitas e despesas extraorçamentárias compõem a estrutura:

- A) do Balanço Orçamentário e do Balanço Financeiro.
- B) do Balanço Financeiro.
- C) do Balanço Orçamentário.
- D) do Balanço Patrimonial.
- E) da Demonstração das Variações Patrimoniais e do Balanço Patrimonial.

55. O Demonstrativo das Variações Patrimoniais – DVP é um dos principais instrumentos de gestão e avaliação disponibilizado para a sociedade pela Contabilidade Pública, EXCETO porque:

- A) evidencia o resultado econômico de uma gestão, pois mescla o resultado orçamentário e variações do patrimônio.
- B) funciona como a Demonstração do Resultado do Exercício - DRE exigida pela Lei nº 6.404/76. Onde, todas as contas de resultado, ao final do exercício, são contrapostas a fim de se apurar o resultado.
- C) como independe da forma de execução do orçamento o demonstrativo oferece maior grau de autonomia.
- D) por exigência da Lei nº 4.320/64, deve ser apresentada em duas colunas cujos totais deverão ser iguais, exatamente pela inclusão do resultado do exercício, desta forma apresenta-se sempre em equilíbrio assemelhando-se a um balanço.
- E) evidencia como os gestores públicos aplicaram (gastaram) os recursos oriundos da venda do patrimônio governamental.

56. Quanto ao pagamento da despesa de que trata o Capítulo III da Lei nº 4.320/64:

- A) não pode ser efetuado por meio de adiantamentos.
- B) poderá ser efetuado, em casos excepcionais, por meio de adiantamento.
- C) o regime de adiantamento é aplicável aos casos de despesas expressamente definidas em lei e consiste no depósito em conta corrente para futura comprovação.
- D) se efetuado em regime de adiantamento, dispensa o empenho prévio.
- E) se efetuado em regime de adiantamento, pode ser feito à qualquer servidor de forma irrestrita.

57. No que se refere às variações ativas e passivas, orçamentárias e extraorçamentárias pode-se afirmar que:

- A) superveniências ativas são valores oriundos de movimentações financeiras previstas no orçamento.
- B) o cancelamento de dívida ativa é uma insubsistência ativa.
- C) interferência ativa são valores oriundos de movimentação financeira como cotas e repasses concedidos.
- D) o lançamento contábil, D - bens (ativo permanente) / C - acréscimos patrimoniais (variação patrimonial ativa independente da execução orçamentária), reflete a compra de um bem imóvel.
- E) a obtenção de empréstimos é uma mutação patrimonial ativa.

DISCURSIVA

58. Na contabilidade pública as contas:

- 1.9.1 - execução orçamentária da receita
- 2.9.2 - execução orçamentária da despesa

podem ser classificadas como:

- A) contas de controle.
- B) contas de resultado.
- C) contas de resultado compensado.
- D) contas do sistema financeiro.
- E) variações ativas e passivas.

59. Assinale a única alternativa ERRADA no que se refere ao plano de contas único da administração federal e ao Sistema de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

- A) O símbolo 'asterisco' (*) associado ao título da conta identifica as contas redutoras ou retificadoras.
- B) As classes de contas ímpares apresentam saldo de natureza devedor e as pares, saldo de natureza credor.
- C) A Contabilidade Pública Federal faz uso de um mecanismo denominado evento que funciona, dentre outras coisas, como um facilitador dos lançamentos no SIAFI.
- D) As contas estão estruturadas por um código de 9 (nove) dígitos distribuídos em sete níveis de desdobramento mais a conta corrente.
- E) O quinto nível de desdobramento do plano de contas significa o elemento.

60. Os lançamentos enumerados de 1 (um) a 4 (quatro) referem-se à operações na contabilidade pública e podem ou não ser independentes.

- 1- D Ativo Circulante – IPTU a Receber
C Variação Ativa Extraorçamentária Patrimonial
- 2- D Receita Realizada
C Receita a Realizar
- 3- D Banco Conta Movimento
C Receita Orçamentária Corrente
- 4- D Variação Passiva Extraorçamentária
C Ativo Circulante – IPTU a Receber

Destes lançamentos pode-se concluir que:

- A) o lançamento número 1 reflete a inscrição da dívida ativa no sistema patrimonial.
- B) o lançamento número 4 provoca o aumento do ativo e do resultado do exercício.
- C) os lançamentos números 2, 3 e 4 referem-se ao registro da arrecadação nos sistemas financeiro, orçamentário e patrimonial, respectivamente.
- D) os lançamentos números 2, 3 e 4 referem-se ao registro da arrecadação de uma dívida ativa.
- E) o lançamento número 1 provoca o aumento do ativo e do resultado do exercício.

Utilize de 20 a 30 linhas para desenvolver a questão a seguir.

1. É comum encontrar na doutrina contábil a interpretação do Artigo 35 da Lei nº 4.320/1964, de que na área pública o regime contábil é um regime misto, ou seja, regime de competência para a despesa e de caixa para a receita. Contudo, a contabilidade aplicada ao Setor Público, assim como qualquer outro ramo da ciência contábil, obedece aos princípios fundamentais de contabilidade. Dessa forma, aplica-se o princípio da competência em sua integralidade, ou seja, tanto na receita quanto na despesa (Manual Técnico de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, MF-STN, 2008, pág. 60).

Esta discussão, já antiga, de forma recorrente fica polarizada entre a conceituação dos regimes e/ou sua efetiva aplicação e entendimento dos demonstrativos (os balanços, definidos na Lei supracitada) da contabilidade pública.

Em um trabalho para a Revista de Administração Municipal do Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM intitulado “Regime de caixa ou competência eis a questão” o Professor Heraldo da Costa Reis discute conceitos e interpretações, à luz da legislação brasileira vigente, que contribuem para a compreensão dos reflexos da adoção dos regimes de caixa e competência, ou do regime misto, pela contabilidade governamental.

O professor conclui seu trabalho defendendo que “a adoção do princípio da competência para as receitas (e para as despesas), conquanto possa haver divergências de entendimentos da legislação, com certeza, só tem a beneficiar a administração das entidades governamentais. [...] O regime de caixa tem provocado distorções nas receitas governamentais, posto que não possibilita a visualização integral do seu volume no exercício” (Reis, H. C., pág. 47, 2006).

No seu entendimento, quais seriam as possíveis distorções ocasionadas pela utilização do regime de caixa e que fatos podem ocasionar a real dificuldade de se enxergar de forma integral o volume das receitas governamentais (exemplifique)? E, que possíveis benefícios podem ser auferidos pela adoção do princípio da competência?

RASCUNHO